



EDITAL DO PROCESSO DE DISPENSA Nº DP002/2024-SEUMA

**INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
ART.75, INCISO II, § 3º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.**

1. DO PREÂMBULO

1.1. A PREFEITURA MUNICIPAL TIANGUÁ/CE inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.735.178/0001-20, com sede na Av. Moises Moita, 785 – Nenê Plácido - CEP: 62.327-335 – Tianguá – Ceará, neste ato representado pelo Senhor NATANAEL JOSE DE ARAÚJO, brasileiro, Secretário de Urbanismo e Meio Ambiente, nos termos do art. 75, inciso II combinado com o seu §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e Decreto Municipal N.º 09/2023, de 06 de março de 2023, torna público que, tem interesse em realizar a contratação direta para **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE FUNCIONAMENTO DO CASTRA MÓVEL DE INTERESSE DA SECRETARIA DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE TIANGUÁ-CE**, tudo isso com base nas justificativas e disposições legais abaixo fixadas.

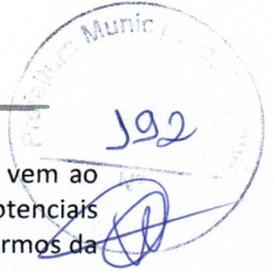
Objeto:	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE FUNCIONAMENTO DO CASTRA MÓVEL DE INTERESSE DA SECRETARIA DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE TIANGUÁ-CE
Órgão	SECRETARIA DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE
Endereço Eletrônico:	BBM NET do Bolsa Brasileira de Mercadorias https://novobbmnet.com.br/
Cadastramento das Propostas:	Início: 11/04/2024 às 17:00 Horas (Horário de Brasília) Término: 17/04/2024 às 08:30 Horas (Horário de Brasília)
Abertura das Propostas:	Início: 17/04/2024 às 08:30 Horas (Horário de Brasília)
Sessão de disputa de Lances	Início: 17/04/2024 às 08:35 Horas (Horário de Brasília) Período de Lances de 6 (seis) horas.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. É cediço que, em razão do ordenamento vigente, a licitação pública é obrigatória, também é cediço que essa obrigatoriedade tem por finalidade a proteção do interesse público em razão da possibilidade da prática de atos imorais, atos esses evitados pela pessoalidade e, que possam acarretar à coletividade um tratamento discriminatório não previsto em lei.

2.2. O motivo maior da existência da licitação pública é o respeito ao Princípio Constitucional





da Isonomia, uma vez que o Contrato Administrativo decorrente da licitação pública vem ao final trazer benefícios econômicos ao contratado e, por esse motivo, todos aqueles potenciais interessados em contratados em contratar com a Administração Pública devem, nos termos da legislação vigente, ser tratados de maneira isonômica por parte da Administração Pública.

2.3. Neste sentido, a regra geral vigente no arcabouço jurídico pátrio, é que a contratação pública deve ser precedida de licitação pública, assim a redação do art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB/1988, não deixa dúvidas quanto ao acima exposto, entretanto, o próprio art. 37, inciso XXI, da CRFB de 1988 diz que podem existir casos previstos na legislação infraconstitucional em que a Administração Pública, respeitadas as formalidades legais, pode contratar de forma direta, nesse sentido o art. 75, inciso II combinado com o seu § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, conforme transcrição a seguir:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – CRFB/1988:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021:

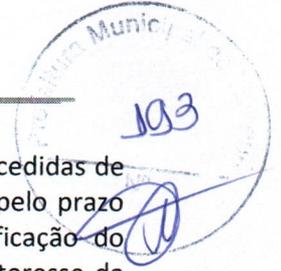
Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de serviços e compras; (revisar atualizações conforme DECRETO Nº 10.922, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021).

[...]

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do



caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Desta feita, a rigor, as compras, serviços, obras, alienações e locações realizadas no âmbito da Administração Pública Brasileira serão precedidas de processo licitatório, conforme fixa o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido Niebuhr (2015,p.123):

[...] a licitação pública é obrigatória em tributo aos princípios regentes da Administração Pública, que visam proteger o interesse público de atos imorais, marcados pela personalidade e, com destaque, que imputem aos membros da coletividade tratamento discriminatório apartado da razoabilidade. [...]1.

Analisando o tema, a doutrina pátria manifesta-se no mesmo sentido, conforme transcrição a seguir:

O fato é que, de modo muito claro, a regra é a obrigatoriedade de licitação pública, e a exceção se refere aos casos especificados pela legislação, que, como visto, redundam em inexigibilidade e dispensa. Bem se vê que o constituinte atribuiu competência ao legislador para integrar o dispositivo, declinando os casos em que a licitação pública não se impõe. Entretanto, o constituinte não permitiu que o legislador criasse hipóteses de dispensa não plausíveis, pois, se assim tivesse procedido, este último poderia subverter a própria regra constitucional relativa à obrigatoriedade de licitação.

2.4. Com efeito, as contratações diretas constituem exceções à regra geral e, como tal, somente podem ser realizadas nos estreitos limites fixados pela legislação vigente.

2.5. No arcabouço jurídico pátrio, existem duas possibilidades de contratação direta, quais sejam: a) por dispensa de licitação; ou b) por inexigibilidade de licitação. Especificamente para o caso em tela, assim dispõe o art. 75, inciso II, c/c § 3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal N.º 09/2023, de 06 de março de 2023, acima citado.

3. DAS JUSTIFICATIVAS

3.1. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

A aquisição de material de consumo para atender as necessidades de funcionamento



do Castra Móvel, uma iniciativa da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente do Município de Tianguá-CE, é fundamental para o enfrentamento de diversos problemas relacionados à saúde pública, bem-estar animal e controle populacional de animais de rua na região.

A presença de animais abandonados ou errantes nas ruas representa um risco significativo para a saúde pública, pois pode contribuir para a disseminação de zoonoses, como raiva, leptospirose e leishmaniose.

O Castra Móvel desempenha um papel crucial na prevenção e controle dessas doenças, realizando a esterilização e tratamento de animais para evitar a proliferação descontrolada de populações animais.

A falta de cuidados veterinários adequados e o abandono de animais resultam em sofrimento desnecessário e maus-tratos. O Castra Móvel proporciona atendimento veterinário, procedimentos cirúrgicos e cuidados essenciais para melhorar o bem-estar dos animais de rua.

O aumento descontrolado da população de animais de rua contribui para diversos problemas, incluindo acidentes de trânsito, danos à propriedade, transmissão de doenças e superpopulação em abrigos e canis.

A esterilização realizada pelo Castra Móvel é uma medida eficaz para controlar a reprodução e reduzir o número de animais abandonados, promovendo um ambiente mais seguro e saudável para a comunidade.

O abandono de animais não só afeta sua saúde e bem-estar, mas também tem impactos ambientais negativos, como a poluição e degradação do meio ambiente.

Ao fornecer serviços veterinários móveis e promover a esterilização de animais, o Castra Móvel contribui para a promoção da responsabilidade ambiental e sustentabilidade, minimizando os impactos negativos associados ao abandono de animais.

Portanto, a aquisição de material de consumo para o funcionamento do Castra Móvel é uma medida essencial e estratégica para atender às necessidades de saúde pública, bem-estar animal, controle populacional e responsabilidade ambiental, promovendo o interesse público e contribuindo para uma comunidade mais saudável, segura e sustentável

4. DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

4.1. O objeto da presente dispensa deverá possuir as seguintes especificações:

LOTE ÚNICO			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD
1	Fio de Sutura de Nylon Preto, AGULHA 2.0	CX COM 24 UND	10
2	Campo Operatório Esteril 25 X28 c/ Fio Radiopaco c/ 5 Unid	PCT COM 05 UND	30
3	Acepromazina 0,2%, 20ml	FRASCO	10
4	Anestésico injetável: telazol. Cloridrato de Zolazepam e	FRASCO	20





	Cloridrato de Tiletamina 5 ML		
5	Xilazin (Xilazina) 2% 50 mL	FRASCO	20
6	Anestésico Injetável Veterinário Lidocaína 2% 50ml	FRASCO	20
7	Antisséptico Água Oxigenada 10 Volumes 1L	FRASCO	10
8	Terracam Spray - C/vitam."a" 125 MI	FRASCO	10
9	Algodão em rolo bem. 500 gr	ROLO	30
10	Soro fisiológico 0,9% , 1 litro	FRASCO	30
11	Soro ringer com stilo 500 ml	FRASCO	30
12	Cateter Periférico Intravenoso 100un. 22g	CX COM 100 UND	5
13	Cateter Periférico Intravenoso 100un 24g	CX COM 100 UND	5
14	Cateter Periférico Intravenoso 100un 20g	CX COM 100 UND	5
15	Equipo Macrogotas Completo, Comprimento 1,5m	UNIDADE	100
16	Escalpes Para Infusão - 23 G - Caixa com 100 unidades	CX COM 100 UND	10
17	Fio para Sutura CatGut Cromado 2-0, Com Agulha Triangular de 3,0cm e 3/8	CX COM 24 ENVELOPES	10
18	Dexametasona franco 100ml	FRASCO	10
19	Seringa Luer Slip 3ml Com Agulha Cx com 100 Uni.	CX COM 100 UND	10
20	Seringa 5ml Com Agulha - Caixa Com 100 Unidades	CX COM 100 UND	10
21	Garrote Para Acesso Venoso Com Borracha 24cm	UNIDADE	10
22	Esparadrapo Impermeável 10cmx4,5m	UNIDADE	50
23	Adrenalina 1mg	AMPOLA	20
24	Vitamina k 20ml injetável	FRASCO	10
25	Luva de Procedimento de Látex com pó, tamanho M	CX COM 100 UND	5
26	Isoflurano Syntec. Anestésico inalatório . Frasco de 100mL.	FRASCO	20
27	Álcool iodado 0,1% Antisséptico 1 LITRO	FRASCO	20
28	Propofol 10 mg/ml	FRASCO	20
29	Cetamina 10 % INJ. 10ml	FRASCO	20
30	Anti-inflamatório cetoprofeno injetável. 10 ML	FRASCO	30
31	Tramadol Cloridrato 50 mg. Frasco ampola 50 ml	FRASCO	30
32	Dipirona EM GOTAS para cães e gatos. 20 ML	FRASCO	20
33	Antiemético em gotas PARA CÃES E GATOS. 20 ml	FRASCO	20
34	Na 5mg/mL, 25mL	FRASCO	20
35	Acepromazina 0,2 g	FRASCO	20
36	Morfina 10mg. tml	FRASCO	20
37	Ionbina 2mg/ml Indetavel 30ml	FRASCO	20
38	Cloridrato de cetamin 10% 50ml	FRASCO	20
39	Atropina 1%	FRASCO	5
40	Cloridrato de lidocaína - 2 g; 50ml	FRASCO	20

4.2. Características e especificações técnicas gerais:

4.2.1. As partes acordam e estabelecem, por meio desta cláusula contratual, as



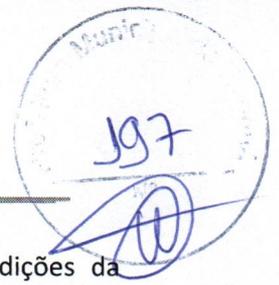
características e especificações técnicas gerais para a aquisição do material de consumo para atender as necessidades de funcionamento do castra móvel:

- a) **Finalidade:** Os medicamentos e materiais veterinários serão utilizados para garantir o atendimento de saúde adequado aos animais atendidos pelo Castra Móvel, uma iniciativa da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente do Município de Tianguá-CE, voltada para a esterilização e cuidados de animais de rua.
- b) **Registro Sanitário:** Todos os medicamentos devem possuir registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) ou órgão competente, garantindo a segurança e eficácia do tratamento.
- c) **Compatibilidade com Espécies Atendidas:** Os medicamentos e materiais veterinários devem ser compatíveis com as espécies de animais atendidas pelo Castra Móvel, incluindo cães, gatos e outros animais de rua.
- d) **Armazenamento Adequado:** Os medicamentos devem ser armazenados em condições adequadas de temperatura e umidade, conforme recomendações do fabricante, garantindo sua integridade e eficácia.
- e) **Data de Validade:** Deverá ser verificado o prazo de validade de todos os medicamentos e materiais veterinários adquiridos, garantindo que estejam dentro do período aceitável para utilização.
- f) **Segurança e Manejo:** Os materiais devem ser de fácil manuseio e seguros para os profissionais responsáveis pela administração dos medicamentos nos animais atendidos pelo Castra Móvel.
- g) **Eficácia Comprovada:** Preferência por medicamentos e materiais veterinários com eficácia comprovada em procedimentos de esterilização, tratamento de doenças comuns em animais de rua, e outros cuidados de saúde veterinária.
- h) **Compatibilidade Ambiental:** Preferência por materiais que tenham baixo impacto ambiental em sua produção, uso e descarte, alinhados com os princípios de sustentabilidade e responsabilidade ambiental.
- i) **Documentação e Garantia:** Todos os materiais devem ser acompanhados de documentação técnica que comprove sua procedência, qualidade e garantia oferecida pelo fabricante ou fornecedor.
- j) **Prazo de Entrega:** O fornecedor deverá apresentar um cronograma de entrega dos materiais, garantindo que os mesmos estejam disponíveis conforme a necessidade do Castra Móvel.

OBS: Em caso de divergência entre o detalhamento dos descritivos dos itens registrados no BBM NET do Bolsa Brasileira de Mercadorias - <https://novobbmnet.com.br/> e os constantes no Termo de Referência, PARA EFEITO DE PROPOSTA, ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO, prevalecerão as do Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O presente processo tem o valor global orçado inicialmente de **R\$ 23.568,25 (Vinte e Três Mil Quinhentos e Sessenta e oito Reais e Vinte e Cinco Centavos)**, a ser pago na proporção da prestação dos serviços, segundo as ordens de serviços expedidas, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo gestor da despesa, acompanhadas das



certidões federais, estaduais e municipais, todas atualizadas, observadas as condições da proposta de preços adjudicada.

5.2. A CONTRATANTE efetuará mediante entrega do objeto, conforme autorizações de Compras expedidas pela Administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo gestor da despesa, acompanhadas das certidões Fiscais e Trabalhistas do licitante vencedor, todas atualizadas, observadas as condições da proposta.

5.2.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada neste subitem, observadas as disposições editalícias, através de crédito na conta bancária do prestador ou através de cheque nominal.

5.3. Por ocasião da entrega dos produtos a CONTRATADA deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva nota fiscal. A fatura e nota fiscal deverá ser emitida em nome do Município de Tianguá/CE.

5.4. Todas as informações necessárias à emissão da fatura e nota fiscal deverão ser requeridas junto ao Órgão Contratante do Município de Tianguá/CE.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias previstas no orçamento de 2024:

ORGÃO:14 1401- Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 18 122 0007 2.102** - Manutenção das Atividades da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente.
ELEMENTO DESPESA:3.3.90.30.00 – Material de Consumo- **FONTE RECURSO:** ordinário.

7. DA DELIBERAÇÃO E VINCULAÇÃO

8.1. Considerando o acima exposto, acolho as justificativas da dispensa de licitação e AUTORIZO a publicação na plataforma de disputa de Dispensa Eletrônica do legislativo pelo prazo de 03 (três) dias úteis.

8.2. Manifestação de interesse e orçamentos devem, nos termos da planilha do ITEM 2 do Termo de Referência, serem enviados para o sistema da BBM NET do Bolsa Brasileira de Mercadorias - <https://novobbmnet.com.br/>, até 08/04/2024 ÀS 08:30 Horas (Horário de Brasília).

8.3. Haverá sessão pública de disputa de lances, que se realizará no dia 08/04/2024 às 08:35 Horas (Horário de Brasília).

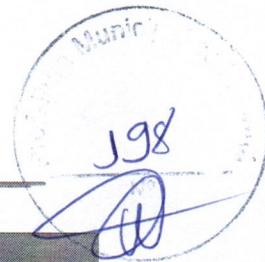
8.4. Não havendo propostas apresentadas, a autoridade competente poderá, a seu critério, revogar, republicar ou realizar a contratação, tomando por base as cotações realizadas na fase interna do presente processo, nos termos da Lei Federal 14.133/2021 e decretos internos.

8. DA LEGISLAÇÃO APLICADA

8.1. Aplica-se à este Termo de Dispensa, nos casos omissos, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- c) Lei Federal nº 4.320, de 1964;
- d) Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;
- e) Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006;
- f) Lei Orgânica do Município;
- g) Decreto Municipal N.º 09/2023, de 06 de março de 2023.





9. DO ENQUANDRAMENTO LEGAL

10.1. O objeto pretendido pela Administração e ora processado se caracteriza como hipótese de dispensa de licitação, amparado no art. 75, inciso II, c/c §3º, todos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as justificativas presentes nos autos.

10. DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MÍNIMA NECESSÁRIA

10.1. Considerando o Capítulo VI da Lei nº 14.133/21, ficam estabelecidos os seguintes critérios:

10.2. Poderão participar desta Dispensa Eletrônica exclusivamente Microempresas e Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, classificados como tal nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e demais Empresas que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, para o respectivo cadastramento junto ao BBM NET do Bolsa Brasileira de Mercadorias - <https://novobbmnet.com.br/>.

10.3. Para efeitos de participação das Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte nesta licitação, nos termos do art. 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, são considerados:

10.3.1. Microempresa – O empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais).

10.3.2. Empresa de Pequeno Porte – O empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

10.4. Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido nas licitações públicas previsto na Lei Complementar nº 123/2006 a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

10.4.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

10.4.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

10.4.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado, nos termos da referida Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006;

10.4.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

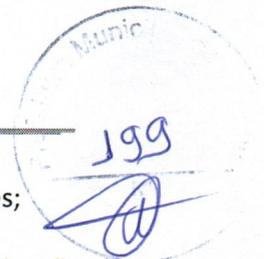
10.4.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

10.4.6. Constituída sob a forma de cooperativa, salvo as de consumo;

10.4.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

10.4.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

10.4.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento



de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

10.4.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

10.5. Caso o procedimento de dispensa eletrônica reste deserto ou tenha participação de somente empresa que não se enquadre nos benefícios previstos na Lei Complementar 123/06, a administração poderá proceder com a aquisição do produto com empresa de demais porte.

10.6. O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar da dispensa diretamente ou através de empresas associadas ao BBM NET do Bolsa Brasileira de Mercadorias - <https://novobbmnet.com.br/>.

10.7. Os licitantes deverão responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Câmara do Município de Tianguá a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

10.8. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante vencedor do certame.

10.9. O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

10.10. Não poderão participar desta dispensa:

10.10.1. Empresa declarada inidônea por qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública no âmbito do Estado de Ceará;

10.10.2. Empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município de Solonópole;

10.10.3. Servidor de qualquer órgão ou Entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

10.10.4. Empresas que não comprovarem a condição de ME/EPP.

10.10.5. Empresas Inidôneas e Suspensas.

1.1.1.1. Após conclusão da disputa será realizada consulta no Portal da Transparência, caso a vencedora esteja com uma dessas pendências, sua proposta será desclassificada.

10.11. CREDENCIAMENTOS NOS SISTEMAS

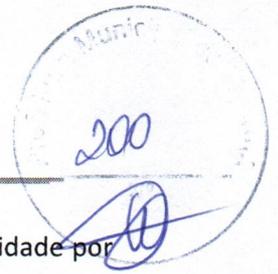
10.11.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada ao BBM NET do Bolsa Brasileira de Mercadorias - <https://novobbmnet.com.br/>, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.compras.gov.br.

10.11.2. A participação do licitante na dispensa eletrônica se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas ao BBM NET do Bolsa Brasileira de Mercadorias - <https://novobbmnet.com.br/>, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital;

10.11.3. O acesso do operador à dispensa, para efeito de encaminhamento da documentação de habilitação, proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa;

10.11.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico ou dispensa eletrônica, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BBM NET do Bolsa Brasileira de Mercadorias - <https://novobbmnet.com.br/>;

10.11.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao do BBM



NET do Bolsa Brasileira de Mercadorias - <https://novobbmnet.com.br/> a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

10.11.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes à dispensa eletrônica;

10.11.7. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional deverá ser esclarecida através da BBM NET do Bolsa Brasileira de Mercadorias - <https://novobbmnet.com.br/>.

10.12. RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.12.1. **REGISTRO COMERCIAL**, no caso de empresa (firma individual), no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

10.12.2. **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO** em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz. Se o contrato social não for consolidado deverão ser apresentados os aditivos posteriores ao contrato inicial e se consolidado, existindo alterações posteriores, também, essas serão exigidas.

10.12.3. **INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

10.12.4. **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e **ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO** expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.12.5. Documento oficial de identificação válido (com foto) e comprovante de CPF do sócio - administrador e ou titular da empresa.

10.12.6. Declaração de regularidade do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

10.13. RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

10.13.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

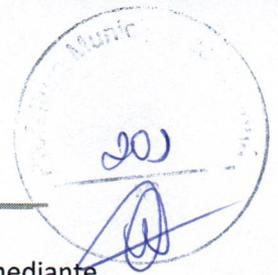
10.13.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (FIC) ou municipal, conforme o caso, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.13.3. Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União (inclusive contribuições sociais), com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;

10.13.4. Prova de regularidade para com a fazenda estadual mediante a apresentação Certidão Negativa de Débitos Estaduais de seu domicílio ou sede;

10.13.5. Prova de regularidade para com a fazenda municipal mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Municipais de seu domicílio ou sede (Geral ou ISS);

10.13.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) mediante a apresentação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF);



10.13.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, em conformidade com o disposto na CLT com as alterações da Lei Nº. 12.440/11 – DOU de 08/07/2011.

10.13.8. No que concerne às provas de regularidade fiscal, através de certidões, equipara-se os mesmos efeitos da certidão negativa às certidões positivas com efeito de negativa.

10.13.9. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, aos licitantes enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Pregoeiro, para a regularização da documentação e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

10.13.10. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

10.13.11. A não regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará decadência do direito a registrar o preço, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/21, sendo facultado a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da respectiva ata, ou a revogação da licitação;

10.14. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

10.14.1. Certidão negativa de falência ou concordata, dissolução ou liquidação, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

10.15. DEMAIS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

10.15.1. Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante dos Anexos deste edital;

10.15.2. Declaração, sob as penalidades cabíveis, de que a licitante não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos do inciso XI do art. 155 da Lei Nº. 14.133/2021 e da inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

10.15.3. Declaração de consentimento para o tratamento de dados pessoais, conforme previsto no art. 7º da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

10.16.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, sob pena de inabilitação.

10.16.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.16.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.16.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.16.8. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números



de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.16.9.A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.16.10. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11. DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Tianguá/CE é o competente para dirimir questões decorrentes deste processo.

Tianguá/CE, 11 de abril de 2024

NATANAEL JOSÉ DE ARAÚJO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE



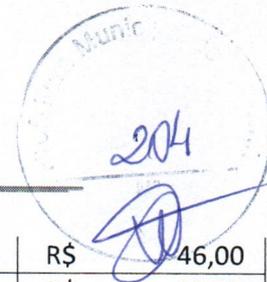
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS

1. OBJETO:

1.1. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE FUNCIONAMENTO DO CASTRA MÓVEL DE INTERESSE DA SECRETARIA DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE TIANGUÁ-CE.

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E VALOR ESTIMADO E PCA:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	VALORES	
				VAL. UNIT.	VAL. TOTAL
1	Fio de Suturade Nylon Preto, AGULHA 2.0	CX COM 24 UND	10	R\$ 48,09	R\$ 480,90
2	Campo Operatorio Esteril 25 X28 c/ Fio Radiopaco c/ 5 Unid	PCT COM 05 UND	30	R\$ 5,32	R\$ 159,60
3	Acepromazina 0,2%, 20ml	FRASCO	10	R\$ 12,17	R\$ 121,70
4	Anestésico injetável: telazol. Cloridrato de Zolazepam e Cloridrato de Tiletamina 5 ML	FRASCO	20	R\$ 4,98	R\$ 99,60
5	Xilazin (Xilazina) 2% 50 mL	FRASCO	20	R\$ 56,00	R\$ 1.120,00
6	Anestésico Injetável Veterinário Lidocaína 2% 50ml	FRASCO	20	R\$ 10,27	R\$ 205,40
7	Antisséptico Água Oxigenada 10 Volumes 1L	FRASCO	10	R\$ 6,38	R\$ 63,80
8	Terracam Spray - C/vitam."a" 125 MI	FRASCO	10	R\$ 27,87	R\$ 278,70
9	Algodão em rolo bem. 500 gr	ROLO	30	R\$ 21,67	R\$ 650,10
10	Soro fisiológico 0,9% , 1 litro	FRASCO	30	R\$ 22,96	R\$ 688,80
11	Soro ringer com stilo 500 ml	FRASCO	30	R\$ 9,44	R\$ 283,20
12	Cateter Periférico Intravenoso 100un. 22g	CX COM 100 UND	5	R\$ 92,67	R\$ 463,35
13	Cateter Periférico Intravenoso 100un 24g	CX COM 100 UND	5	R\$ 73,33	R\$ 366,65
14	Cateter Periférico Intravenoso 100un 20g	CX COM 100 UND	5	R\$ 75,67	R\$ 378,35
15	Equipo Macrogotas Completo, Comprimento 1,5m	UNIDADE	100	R\$ 2,21	R\$ 221,00
16	Escalpes Para Infusão - 23 G - Caixa com 100 unidades	CX COM 100 UND	10	R\$ 34,67	R\$ 346,70
17	Fio para Sutura CatGut Cromado 2-0, Com Agulha Triangular de 3,0cm e 3/8	CX COM 24 ENVELOPES	10	R\$ 153,76	R\$ 1.537,60
18	Dexametasona franco 100ml	FRASCO	10	R\$ 12,83	R\$ 128,30
19	Seringa Luer Slip 3ml Com Agulha Cx com 100 Uni.	CX COM 100 UND	10	R\$ 37,00	R\$ 370,00
20	Seringa 5ml Com Agulha - Caixa Com 100 Unidades	CX COM 100 UND	10	R\$ 38,00	R\$ 380,00
21	Garrote Para Acesso Venoso Com Borracha 24cm	UNIDADE	10	R\$ 8,08	R\$ 80,80
22	Esparadrapo Impermeável 10cmx4,5m	UNIDADE	50	R\$ 11,17	R\$ 558,50



23	Adrenalina 1mg	AMPOLA	20	R\$ 2,30	R\$ 46,00
24	Vitamina k 20ml injetável	FRASCO	10	R\$ 3,28	R\$ 32,80
25	Luva de Procedimento de Látex com pó, tamanho M	CX COM 100 UND	5	R\$ 29,72	R\$ 148,60
26	Isoflurano Syntec. Anestésico inalatório . Frasco de 100mL.	FRASCO	20	R\$ 258,00	R\$ 5.160,00
27	Álcool iodado 0,1% Antisséptico 1 LITRO	FRASCO	20	R\$ 19,50	R\$ 390,00
28	Propofol 10 mg/ml	FRASCO	20	R\$ 15,42	R\$ 308,40
29	Cetamina 10 % INJ. 10ml	FRASCO	20	R\$ 121,16	R\$ 2.423,20
30	Anti-inflamatório cetoprofeno injetável. 10 ML	FRASCO	30	R\$ 7,44	R\$ 223,20
31	Tramadol Cloridrato 50 mg. Frasco ampola 50 ml	FRASCO	30	R\$ 7,20	R\$ 216,00
32	Dipirona EM GOTAS para cães e gatos. 20 ML	FRASCO	20	R\$ 9,11	R\$ 182,20
33	Antiemético em gotas PARA CÃES E GATOS. 20 ml	FRASCO	20	R\$ 31,63	R\$ 632,60
34	Na 5mg/mL, 25mL	FRASCO	20	R\$ 6,77	R\$ 135,40
35	Acepromazina 0,2 g	FRASCO	20	R\$ 15,78	R\$ 315,60
36	Morfina 10mg. tml	FRASCO	20	R\$ 5,93	R\$ 118,60
37	lonbina 2mg/ml Indetavel 30ml	FRASCO	20	R\$ 95,47	R\$ 1.909,40
38	Cloridrato de cetamin 10% 50ml	FRASCO	20	R\$ 105,64	R\$ 2.112,80
39	Atropina 1%	FRASCO	5	R\$ 1,52	R\$ 7,60
40	Cloridrato de lidocaína - 2 g; 50ml	FRASCO	20	R\$ 11,14	R\$ 222,80
VALOR DO LOTE					R\$ 23.568,25

2.1. Da previsão do PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO – PCA.

2.1.1. A contratação de uma empresa especializada em assessoria ambiental está devidamente alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA) da Administração Municipal de Tianguá. No documento, identificado sob o código do CATSER - 839, destinado a "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSORIA AMBIENTAL PARA ATENDER AS NECESSIDADE DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE".

A inclusão dessa contratação no PCA está alinhada com o planejamento estratégico da Administração Municipal, que reconhece a importância de investir na Implementação das ações planejadas, incluindo assessoria ambiental, organização da equipe, participação nas reuniões do Conselho de Meio Ambiente, atualização da legislação ambiental, elaboração do plano de educação ambiental e início da implementação da coleta seletiva e projetos de arborização urbana., bem como para o cumprimento das obrigações legais relacionadas ao meio ambiente.

A correlação entre a contratação proposta e o PCA demonstra, portanto, o compromisso da Administração Municipal com a melhoria contínua dos serviços de meio ambiente e com o atendimento às necessidades da população. Ao alinhar a previsão de contratação dos serviços de assessoria ambiental com o planejamento estratégico, o município busca melhorias significativas na preservação do meio ambiente e na qualidade de vida da população local.



2.1.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, a seguir:

→ ID do PCA no PNCP: 07735178000120-0-000002/2024

→ ID Item no PCA no PNCP: 2

→ Data de publicação no PNCP: 24/01/2024.

3. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

3.1.1. REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresa (firma individual), no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

3.1.2. ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz. Se o contrato social não for consolidado deverão ser apresentados os aditivos posteriores ao contrato inicial e se consolidado, existindo alterações posteriores, também, essas serão exigidas.

3.1.3. INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

3.1.4. DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e **ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO** expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.1.5. Documento oficial de identificação válido (com foto) e comprovante de CPF do sócio - administrador e ou titular da empresa.

3.1.6. Declaração de regularidade do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

3.2. RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

3.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

3.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (FIC) ou municipal, conforme o caso, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3.2.3. Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União (inclusive contribuições sociais), com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;

3.2.4. Prova de regularidade para com a fazenda estadual mediante a apresentação Certidão Negativa de Débitos Estaduais de seu domicílio ou sede;

3.2.5. Prova de regularidade para com a fazenda municipal mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Municipais de seu domicílio ou sede (Geral ou ISS);

3.2.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) mediante a apresentação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF);



3.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, em conformidade com o disposto na CLT com as alterações da Lei Nº. 12.440/11 – DOU de 08/07/2011.

3.2.8. No que concerne às provas de regularidade fiscal, através de certidões, equipara-se os mesmos efeitos da certidão negativa às certidões positivas com efeito de negativa.

3.2.9. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, aos licitantes enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Pregoeiro, para a regularização da documentação e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

3.2.10. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

3.2.11. A não regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará decadência do direito a registrar o preço, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/21, sendo facultado a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da respectiva ata, ou a revogação da licitação;

3.3. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

3.3.1. Certidão negativa de falência ou concordata, dissolução ou liquidação, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

3.4. DEMAIS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

3.4.1. Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante dos Anexos deste edital;

3.4.2. Declaração, sob as penalidades cabíveis, de que a licitante não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos do inciso XI do art. 155 da Lei Nº. 14.133/2021 e da inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3.4.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **24 (VINTE E QUATRO) HORAS**, sob pena de inabilitação.

3.4.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

3.4.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

3.4.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

3.4.6. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do



recolhimento dessas contribuições.

3.4.7. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

3.4.8. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

4. CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS:

4.1. A execução do objeto licitado deverá ser feita conforme as especificações deste Termo de Referência, mediante ORDENS DE COMPRA, expedida pelo órgão responsável pela contratação.

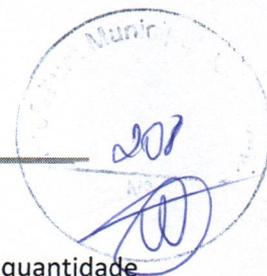
4.1.1. As partes acordam e estabelecem, por meio desta cláusula contratual, as características e especificações técnicas gerais para a aquisição do material de consumo para atender as necessidades de funcionamento do castra móvel:

- k) Finalidade:** Os medicamentos e materiais veterinários serão utilizados para garantir o atendimento de saúde adequado aos animais atendidos pelo Castra Móvel, uma iniciativa da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente do Município de Tianguá-CE, voltada para a esterilização e cuidados de animais de rua.
- l) Registro Sanitário:** Todos os medicamentos devem possuir registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) ou órgão competente, garantindo a segurança e eficácia do tratamento.
- m) Compatibilidade com Espécies Atendidas:** Os medicamentos e materiais veterinários devem ser compatíveis com as espécies de animais atendidas pelo Castra Móvel, incluindo cães, gatos e outros animais de rua.
- n) Armazenamento Adequado:** Os medicamentos devem ser armazenados em condições adequadas de temperatura e umidade, conforme recomendações do fabricante, garantindo sua integridade e eficácia.
- o) Data de Validade:** Deverá ser verificado o prazo de validade de todos os medicamentos e materiais veterinários adquiridos, garantindo que estejam dentro do período aceitável para utilização.
- p) Segurança e Manejo:** Os materiais devem ser de fácil manuseio e seguros para os profissionais responsáveis pela administração dos medicamentos nos animais atendidos pelo Castra Móvel.
- q) Eficácia Comprovada:** Preferência por medicamentos e materiais veterinários com eficácia comprovada em procedimentos de esterilização, tratamento de doenças comuns em animais de rua, e outros cuidados de saúde veterinária.
- r) Compatibilidade Ambiental:** Preferência por materiais que tenham baixo impacto ambiental em sua produção, uso e descarte, alinhados com os princípios de sustentabilidade e responsabilidade ambiental.
- s) Documentação e Garantia:** Todos os materiais devem ser acompanhados de documentação técnica que comprove sua procedência, qualidade e garantia oferecida pelo fabricante ou fornecedor.
- t) Prazo de Entrega:** O fornecedor deverá apresentar um cronograma de entrega dos materiais, garantindo que os mesmos estejam disponíveis conforme a necessidade do Castra Móvel.

5. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS:

5.1. A apresentação da proposta de preços será por meio através do sistema BBM NET do





Bolsa Brasileira de Mercadorias - <https://novobbmnet.com.br/>.

5.2. Na proposta de preços deverão constar as especificações detalhadas dos itens, quantidade solicitada, o valor unitário e total, já considerando todas as despesas, tributos, impostos, taxas, encargos e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os itens, mesmo que não estejam registrados neste documento;

5.3. A licitante deverá garantir a execução do objeto sem qualquer contratempo, e se caso constatado alguma imperfeição, o objeto será recusado e a licitante submetida às penalidades da Lei, além do registro da falha no Cadastro de Fornecedores Municipais;

5.4. A Contratante poderá se valer da análise técnica dos serviços propostos, para verificação do atendimento das especificações mínimas dos itens constantes neste projeto básico/termo de referência.

6. FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO:

6.1. O contrato terá vigência de 09 (nove) meses, contados a partir da assinatura, com vigência até 31/12/2024.

6.2. As obrigações decorrentes do presente processo administrativas serão formalizadas mediante lavratura do contrato, subscrito pelo Município, através da Secretaria solicitante, representada pela Ordenadora de Despesa e o (s) proponente (s).

7. LOCAL E PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

7.1. Os Produtos deverão ser entregues dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento das ordens de compra.

7.2. As entregas dos produtos deverão ser realizadas na sede da Secretaria ou em Local a ser definido pela contratante, no horário de expediente do órgão.

8. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:

8.1. A execução do objeto será fiscalizada por servidor designado pelo órgão responsável pela contratação, sendo que o Gestor do Contrato será responsável por atestar os documentos da despesa (nota fiscal), quando comprovada a fiel e correta execução para fins de pagamento;

8.2. A presença da fiscalização por servidor designado pelo órgão responsável pela contratação não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada; e

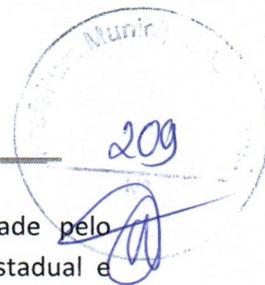
8.3. Caberá ao órgão responsável pela contratação rejeitar totalmente ou em parte, qualquer equipamento que não esteja de acordo com as exigências, bem como, determinar prazo para substituição do item eventualmente fora de especificação.

9. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

9.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, da Lei Federal nº. 14.133 de 01 de abril de 2021, alterada e consolidada e do Decreto Municipal nº. 417, de 28 de abril de 2023.

9.2. O CONTRATADO obriga-se a:

9.2.1. Os objetos licitados deverão ser entregues conforme estipulado neste termo, considerando ainda as disposições do item 7. Deste termo, a contar da "ORDEM DE COMPRA", observando rigorosamente as especificações contidas no Termo de Referência, nos anexos e



disposições constantes de sua Proposta de Preços, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do(a) fornecimento/execução/prestação que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da celebração do Contrato, e ainda:

- a) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- c) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma da Lei nº 14.133/21;

9.2.2. O licitante vencedor guardará sigilo sobre informações e documentos fornecidos pelo Contratante, em decorrência dos produtos objeto do presente contrato, adotando medidas internas de segurança.

10. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:

10.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual, por meio de servidor especialmente designado para esse fim, podendo, em decorrência, solicitar providências da Contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

10.2. Efetuar os pagamentos devidos ao contratado nas condições estabelecidas no edital e no Termo de referência.

10.3. Indicar o local e horários em que deverão ser entregues os produtos.

10.4. Permitir ao pessoal da CONTRATADA acesso aos locais dos produtos desde que observadas as normas de segurança.

11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

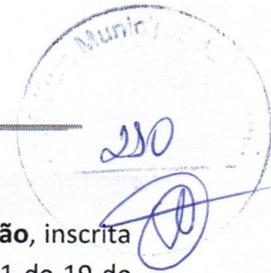
11.1. O pagamento será feito mediante entrega do objeto, conforme autorizações de execução expedidas pela Administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo gestor da despesa, acompanhadas das certidões Fiscais e Trabalhistas do licitante vencedor, todas atualizadas, observadas as condições da proposta.

11.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada no subitem anterior, através de crédito na conta bancária do fornecedor.

12. DOS RECURSOS FINANCEIROS:

12.1. A despesa ocorrerá à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento próprio da Secretaria solicitante, na seguinte dotação orçamentária: 14 1401 18 122 0007 2.102 - Manutenção das atividades da secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente.

3.3.90.30.00 – Material de Consumo.



13. FISCAL DE CONTRATO:

13.1. A Fiscalização do contrato será exercida pela Sra. **Valquíria Morais da Silva Leão**, inscrita no CPF sob o nº 025.238.353-20, Portaria de designação de fiscal de contrato nº 01 de 19 de novembro de 2019, o qual deverá exercer em toda sua plenitude a ação de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

14. PENALIDADES:

14.1. A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplência de suas obrigações, definidas neste Instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, respeitado o princípio constitucional da ampla defesa.

14.2. Em caso de **atraso injustificado na execução do contrato**: multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por cada dia de atraso injustificado não execução do contrato, não ficando a administração impedida de rescindir unilateralmente o contrato e aplicar as outras sanções previstas nos artigos 155 e 157 da Lei nº 14.133/21.

14.3. Em caso de inexecução total ou parcial do contrato:

14.3.1. Advertência;

14.3.2. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato;

14.3.3. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimentos de contratar com a administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

14.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos de terminantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base no inciso anterior.

14.4. O valor da multa aplicada será deduzido pela CONTRATANTE por ocasião do pagamento, momento em que a Tesouraria da PREFEITURA comunicará à CONTRATADA.

14.5. Se não for possível o pagamento por meio de desconto, a CONTRATADA ficará obrigada a recolher a multa por meio de depósito em Conta Corrente em nome da PREFEITURA (o número da Conta será informado pela Tesouraria da Prefeitura). Se não o fizer, será encaminhado à Procuradoria Jurídica para cobrança e processo de execução.

14.6. Aos proponentes que convocados dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, ensejar em o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sempre juízo da reparação dos danos causados ao município pelo infrator:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária do direito de licitar. De contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade do direito de licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação pela própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.7. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.



15. DAS ALTERAÇÕES E DA REPACTUAÇÃO DO VALOR CONTRATADO:

15.1. O contrato poderá ser reajustado conforme os casos previstos em Lei.

15.2. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da execução dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.

16. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP E DA ALOCAÇÃO DE RISCOS:

16.1. Considerando a faculdade posta no inciso do art. 22 da Lei Federal n.º 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações, fica dispensa a apresentação da alocação dos riscos, haja vista a baixa complexidade do objeto. O Estudo Técnico Preliminar encontra-se anexado aos autos do processo.

Tianguá – CE, 16 de fevereiro de 2024.

NATANAEL JOSÉ DE ARAÚJO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE